



Novo outdoor da Adufrj está na rua

Peça de comunicação do sindicato reage ao PNE do governo.

Página 2



AUDIÊNCIA PÚBLICA DO HUCGF

Defesa da autonomia e repúdio à Ebserh marcam audiência

Reunião, com a presença de entidades representativas de classe, parlamentares e integrantes do Ministério Público, acompanhou apresentação sobre os problemas e projetos do diretor Eduardo Côrtes (foto) para o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Os desafios são enormes, mas existe uma unanimidade: a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, proposta privatizante do governo federal para gestão dos HUs, não é a solução.

Página 3



“Um passinho à frente, por favor”

Reportagem registra o drama dos passageiros da linha 485, uma das mais criticadas entre as que atendem à comunidade da Cidade Universitária. Prefeitura Universitária realiza audiência sobre mobilidade nesta segunda-feira, dia 22. **Página 4**



Divulgada resolução da carreira docente

Página 6

Ópera “O Diletante” estreia dia 25

Página 2

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



SEGUNDA PÁGINA

Elisa Monteiro - 16/09/2014

Novo outdoor

Está na rua o mais novo outdoor da Adufrij-SSind. Fixado ao lado da ex-casa de espetáculos Canecão, traz a arte do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da Seção Sindical que funciona como uma provocação pública ao privatista PNE do governo, aprovado este ano no Congresso: "Educação não é mercadoria", são seus dizeres.

ANDES-SN

Alerta: ponto eletrônico é irregular

A diretoria do Andes-SN enviou um alerta a todas as seções sindicais, no último dia 9, sobre a irregular implantação de ponto eletrônico para docentes da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) em algumas instituições federais.

O artigo 1º do Decreto nº 1.867/96 determina que os servidores federais da Administração Pública Federal direta, autárquica e de fundações se submetam ao registro eletrônico de ponto. Porém, o mesmo dispositivo exclui deste tipo de controle aqueles que exercem atividades externas ou que se enquadram em uma das hipóteses previstas no Decreto nº 1590/95. Entre eles, os professores do magistério superior.

Uma vez que a carreira de EBTT é regida pela mesma norma (Lei nº 12.772/2012), isso inclui a aplicação da prerrogativa de não utilizar ponto eletrônico.

CULTURA

Ópera "O Dileitante": estreia dia 25

Aia Lobo/DuTigaço

As Escolas de Música, Belas Artes e Comunicação da UFRJ realizarão a montagem de *O Dileitante*, ópera de João Guilherme Ripper, com estreia em 25 de setembro, no Salão Leopoldo Miguez. A ópera é baseada na peça homônima de Martins Pena, um clássico do teatro de comédia brasileiro. O libreto e a música foram encomendados a Ripper pela Escola de Música em comemoração aos 20 anos do projeto *Ópera na UFRJ*.



CONFIRA A PROGRAMAÇÃO:

25 de setembro
quinta-feira, 19h

Salão Leopoldo Miguez,
Escola de Música da UFRJ

Haverá récitas, ainda, no Teatro Municipal de Niterói (1º/10); no Theatro D. Pedro, de Petrópolis (2/10); no Auditório Horta Barbosa, Centro de Tecnologia da UFRJ (6/10, 11h) e no Teatro Municipal de Macaé (16 e 17/10).

26 de setembro
sexta-feira, 19h

Lotação: 400 lugares

Rua do Passeio,
98, Centro, RJ.

Tel.: (21) 2262-8742

27 de setembro
sábado, 17h

28 de setembro
domingo, 16h

Mais informações em www.musica.ufrj.br.

Tema da próxima Universidade e Sociedade é "Educação Pública: confrontos e perspectivas"

A diretoria do Andes-SN deliberou que o Tema Central do número 55 da Revista Universidade e Sociedade é "Educação Pública: confrontos e perspectivas". A publicação será lançada no 34º Congresso do Sindicato Nacional, em Brasília (DF), em fevereiro de 2015.

Os artigos enviados para a Revista deverão obedecer à normatização, no site www.andes.org.br. O prazo final para o recebimento das contribuições ao presente número é 30 de outubro de 2014.

O endereço de referência da editoria executiva é: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco "C" - CEP: 70302-914 Brasília (DF) - Telefone: (61) 3962-8400 - Fax: (61) 3224-9716 e o e-mail da revista é: revista.andes@andes.org.br.

CCJE homologa eleições para decania

No próximo dia 26, o Conselho do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) vai homologar o resultado das eleições para a decania. O professor Vitor Mario Iorio, candidato pela Chapa 2, com 28,7% dos votos, foi eleito decano, em primeiro turno, para o quadriênio 2014-2018. O professor Antonio José Barbosa de Oliveira, seu companheiro de chapa, exercerá, no mesmo período, as funções de vice-decano. A Chapa 1, dos professores Helios Malebranche e Manuel Alcino Fonseca, obteve 6,8% da votação. A Chapa 3, dos professores Kleber Fossati Figueiredo e Maria Silvia Possas, alcançou 19,01% dos votos.

Agenda

26 a 28 de setembro
XII Encontro Nacional do Setor das Estaduais/Municipais do Andes-SN
Brasília (DF)

27 e 28 de setembro
Reunião do Setor dos Docentes das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

Correção

Na matéria "Opressão às mulheres também se reproduz dentro da UFRJ", na edição anterior do **Jornal da Adufrij**, a estudante Maria Leão não foi ao evento como "representante" do Coletivo de Mulheres da universidade, mas como "militante".

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3684-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrij-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUF RJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Patemostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio; Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tiragem 4.000 E-mails: adufrij@adufrij.org.br e secretaria@adufrij.org.br Redação: comunica@adufrij.org.br Diretoria: diretoria@adufrij.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrij.org.br Página eletrônica: <http://www.adufrij.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

SAÚDE PÚBLICA

Mais um “não” para a Ebserh

Em audiência pública voltada para discutir os problemas do HUCFF, no último dia 16, todas as representações rechaçam a possibilidade de gestão via Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Procurador classifica empresa como “intervenção” nos HUs

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

“A solução que o governo federal desenha para os hospitais universitários é uma verdadeira intervenção”, disse o procurador federal de Contas, Júlio Marcelo de Oliveira, do Tribunal de Contas da União, sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. A fala ocorreu durante a audiência pública realizada para discutir os problemas do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), no dia 16 de setembro.

Oliveira reiterou que não há e nunca haverá orientação ou pressão do TCU para que as universidades optem pela Ebserh. “Fiquei muito indignado quando o presidente da Ebserh nos fez uma visita e pediu um ultimato às universidades para que aderissem à empresa. Ele queria instrumentalizar o TCU como órgão de coação imoral, ilegítima e antiética sobre as universidades”.

Problemas herdados

Além de uma breve explanação sobre os desafios que tem enfrentado à frente da gestão do HU, herdados da direção do professor José Marcus Eulálio (que defendia a Ebserh), o professor Côrtes apresentou um vídeo feito com pacientes falando sobre os dramas enfrentados cotidianamente no hospital. Ele pediu mais investimentos e afirmou que o HU vive tempos de caos: “As vezes recebemos verbas do Rehuf (programa de reestruturação dos HUs federais), mas nunca sabemos quanto e nunca sabemos quando. Muitas vezes o dinheiro chega no final do ano e não conseguimos, pela legislação vigente, dar seguimento aos projetos”.

Em uma sequência de slides fotográficos, o diretor mostrou alas inteiras no 5º, 6º, 7º, 8º, 10º e 11º andares do prédio do HU completamente abandonadas. Além desses problemas, Eduardo Côrtes tocou nos pontos adiantados na edição 859 do *Jornal da Adufrj*, como a relação com a Ebserh, a questão de pessoal e o plano de recuperação do HUCFF.



Marco Fernandes - 16/09/2014

No Quinhentão, diversas representações reafirmam a importância de os hospitais universitários não cederem às pressões do governo

Empresa explora atividade econômica

O Procurador-Geral da República, Peterson Pereira, explicou os argumentos que sustentam a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) contra a Ebserh. A primeira situação que tornaria a Ebserh inconstitucional é a ausência de lei complementar para dizer em quais áreas a empresa deverá atuar. “A ideia essencial de empresa pública é a exploração de atividade econômica. Quando ela vai explorar serviço público, é necessário que exista uma lei complementar que diga em que áreas ela vai atuar”.

O procurador chama atenção para um dado ainda mais curioso, que é o segundo argumento que sustenta a ADIn: “Serviço público, quando prestado pelo Estado brasileiro, só pode ser realizado no regime de direito público e, infelizmente, essa empresa foi criada sob o regime de direito privado”. De acordo com Peterson Pereira, na própria lei de criação da Ebserh, está expresso que ela integra o Sistema Uni-

co de Saúde. “A ideia natural de empresa pública é que ela terá finalidade lucrativa, então, é intuitivo para nós que uma empresa pública que presta serviços deva ser remunerada. A Ebserh caminha no sentido contrário ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde”.

MPOG é o responsável

Lucieni Pereira, auditora do Tribunal de Contas da União, lembrou que o Acórdão de 2006, do TCU, que determinava o fim dos trabalhadores extraquadros nos hospitais universitários, era direcionado para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). “Isso precisa ser considerado pelos órgãos que cobram atuação das universidades. É, inclusive, uma falácia utilizada por alguns reitores dizer que estão sendo pressionados pelo TCU. A cobrança é sobre o MPOG”. Ela enfatizou que não há outra solução para os extraquadros que não seja a abertura de concurso público.

Finalidade do HU

Entidades nacionais e de representação dos trabalhado-

res estiveram presentes, dentre elas o Cremerj, Coren, DCE Mário Prata, Sintufrj, Fasubra, Adunirio e Adufrj-SSind. Cláudio Ribeiro, presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ, destacou que a Ebserh altera a finalidade do hospital universitário: “O HU tem como finalidade o ensino e utiliza a assistência como meio de atingir esse objetivo. A Ebserh altera o caráter do hospital de ensino para um hospital de assistência. Essa transformação é uma ameaça à universidade”. Além de romper com a autonomia universitária, a empresa, na análise de Cláudio Ribeiro, retira a característica universalizante do ensino. “A Ebserh retira a possibilidade de a universidade fazer uma interlocução entre os seus diversos cursos, porque retira o hospital da universidade”. O presidente da Seção Sindical apontou que a UFRJ já possui uma alternativa autônoma para gestão dos seus hospitais: o Complexo Hospitalar.

Luta da UFRJ é exemplo nacional

Viviane Narvaes, presidenta da Adunirio, destacou a luta da UFRJ

contra a empresa: “É preciso ressaltar o quanto a luta da UFRJ e a experiência de gestão deste HU fora desse modelo que fere a autonomia são importantes para todo o estado do Rio de Janeiro e para o Brasil”. Afirmou que o processo de tentativa de instalação da Ebserh nas universidades é muito violento e que o HU da União, o Gaffrée e Guinle, opera, hoje, com um terço de sua capacidade: “Neste mês de setembro, mais leitos foram fechados, mais enfermarias foram fechadas. A pressão que estamos sofrendo é demasiadamente intensa e a experiência da UFRJ nos ajuda a resistir”. Na UniRio, conforme noticiado na edição nº 854 (de 12 de agosto) do *Jornal da Adufrj*, forte mobilização da comunidade universitária impediu a entrega do Hospital Gaffrée e Guinle à Ebserh. Mas a ameaça ainda não foi completamente afastada.

O evento reuniu, ainda, entidades representativas de classe, parlamentares, representantes do Ministério Público e a Sociedade. Participaram a decana do CCS, Maria Fernanda Quintela, e o pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine, além dos parlamentares Chico Alencar (PSOL) e Jandira Feghali (PCdoB) e do candidato ao Senado pelo PCB, Eduardo Serra.

O DRAMA DA LOTAÇÃO

Jornal da Adufrj acompanha trajeto de uma das linhas de ônibus mais criticadas pelos que frequentam o Fundão

Problema não é o tempo da viagem, mas o “aperto”

Filipe Galvão

Estagiário e Redação

Somente três pessoas estão embarcadas quando o homem sentado em uma toalhinha puida do Brasil dá a partida no ônibus que sai da Praça General Osório às 8h30 da manhã. Poucos minutos depois, ainda em Ipanema, o número de passageiros já triplicou. Até chegar ao ponto final, o motorista do trajeto que liga a Zona Sul à Ilha do Fundão ainda vai ter muito trabalho.

A superlotação da linha General Osório – Penha (485) é quase uma instituição da UFRJ. A formanda em Educação Física, Sthefania Modesto, enfrenta o caos há quatro anos. “Antes, eu acordava às seis da manhã para pegar o ônibus na Avenida Princesa Isabel e sempre viajava em pé”, diz, lembrando-se de quando precisava chegar ao Fundão às 7h30.

Pelo menos dessa vez, ela entrou na lista dos 44 privilegiados que conseguem uma poltrona na vaga antes do ônibus chegar à praia de Botafogo e começar a sua infame transfiguração de transporte coletivo para lata de sardinha. A quantidade de gente apinhada no coletivo é, além de insegura, ilegal. A lei permite 36 pessoas em pé, limite que parece não ser respeitado.

Em 2012, a empresa Auto Ônibus Fagundes foi condenada a pagar indenização por danos morais aos passageiros por desprezar a lotação máxima. Mas, no 485, o famoso pedido de “um passinho à frente” segue vigente e costuma ser respondido com ironias ou caras-feias. Sthefania crê que a única solução seria aumentar a quantidade de veículos que fazem o trajeto.

SMTR não responde

Quem determina o número de ônibus para cada linha é a Secretaria Municipal de Transportes (SMTR). A quantidade seria definida a partir de um estudo técnico de demanda. Até o fechamento desta matéria, a SMTR não havia respondido aos questionamentos do **Jornal da Adufrj**.

Sem vans desde 2013

Quem dava (alguma) vazão a essa demanda eram as vans, proibidas pela Prefeitura de circular

Audiência da Prefeitura Universitária sobre mobilidade ocorre dia 22

Nesta segunda-feira, dia 22, a Prefeitura Universitária da UFRJ vai realizar uma audiência pública para discutir formas de melhorar a mobilidade nos *campi* da universidade. Desde o início do mês, o prefeito Ivan Carmo tem participado de reuniões com a Secretaria Municipal de

Transportes do Rio de Janeiro (SMTU) para repassar as demandas de estudantes e funcionários sobre a qualidade dos serviços prestados pelos ônibus que atendem à Cidade Universitária. A reunião também servirá para debater sobre novas alternativas e como anda o serviço interno

da universidade e também as conexões entre os campi.

A audiência acontecerá no Horto Universitário, a partir das 11h, e contará com a presença do Prefeito da UFRJ e equipe de transportes. O endereço é Praça Jorge Machado Moreira, 100, Cidade Universitária.

na Zona Sul desde abril do ano passado. Muriel Dias, estudante de Desenho Industrial, costumava lançar mão dessa alternativa. As viagens eram encurtadas em pelo menos 20 minutos. Contudo, van no Rio de Janeiro é uma roleta russa. “Depois que minha irmã foi assaltada por duas pessoas com metralhadoras voltando da UFRJ em uma van, passei a vir só de ônibus”, conta.

Falta de conforto

O problema do 485 é menos o tempo que a condição de viagem. Os passageiros dizem gas-

tar uma hora, em média, para chegar ao Fundão. Uma hora de freadas bruscas, empurrões, abusos e calor. Na maioria dos veículos, o que refresca os passageiros são os ares da poluída baía de Guanabara que entram pelas janelas, na altura da Linha Vermelha.

Em 2010 uma primeira licitação pública para operar o transporte de ônibus urbanos deixou a critério das empresas vencedoras a instalação ou não do ar-condicionado. Somente em 2014, depois de quatro anos e uma investigação de

formação de cartel arquivada, a prefeitura do Rio de Janeiro se posicionou. Em fevereiro desse ano, ficou determinada a obrigatoriedade do sistema de refrigeração para os novos ônibus que fossem integrados à frota do município. O tempo de vida útil para os ônibus da rede de transporte público tem um teto de oito anos. A idade média da frota do Rio de Janeiro hoje é de 3,7 anos, um cenário que joga pra 2020 a substituição definitiva dos veículos apesar de a previsão da Prefeitura ser para 2016.

Sexismo no ônibus

Para além dos solavancos e suores, quem mais sofre as consequências da superlotação da linha são as mulheres. É comum quem já tenha sofrido assédio. A escolha de Muriel em se sentar próxima à janela é também uma precaução. Sempre há perigo quando um ombro feminino fica ao alcance de um corredor repleto do machismo diário.

Enquanto isso, os passageiros viram-se como dá. Quando entrou no ônibus às 9h10, coube ao estudante de Arquitetura Mario Rodrigues um dos poucos espaços ainda vazios no corredor. Como a maioria dos que vão em pé com bolsas e mochilas, Mario recebeu a oferta de Muriel, que se prontificou a dividir o peso. Os que conseguem se sentar minimizam o drama dos que não puderam em uma espécie de compensação diante do desconforto do outro. Para não se assumirem sardinhas, reafirmam-se humanos. Para um passinho atrás, outro à frente. E toca o ônibus. Que chegou ao CT às 9h45, mas ainda passaria um pouco pelas demais dependências do Fundão.

Filipe Galvão - 17/09/2014



Pesadelo diário. Quem utiliza o 485 precisa ter muita paciência

BRASIL

Ciência: um território ainda dominado pelos homens

Mesmo com uma crescente participação feminina em pesquisa científica, estudo da distribuição de bolsas do CNPq de 2013 demonstra que bolsas dos programas mais valorizados ainda estão em mãos masculinas

Desigualdade é mais acentuada nas Ciências Exatas, à exceção da Química

Samantha Su

Estagiária e Redação

Em 2013, a distribuição das bolsas do CNPq alcançou a paridade entre homens e mulheres. Porém, na mais valorizada “Produtividade em Pesquisa (PQ)”, a participação feminina é de apenas 36%. Elas acumulam mais bolsas na iniciação científica, com 59% do total. O resultado indica que, apesar de uma crescente inserção feminina na Ciência nacional, as categorias consideradas mais importantes ainda são majoritariamente masculinas.

A análise foi feita pela professora Hildete Araujo, de Economia da UFF, representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do programa Mulher e Ciência do CNPq. Hildete esteve na UFRJ em debate organizado, dia 15, pelo Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho.

Ela expôs que a média de idade das pesquisadoras que conseguem chegar ao nível 2 em “Produtividade de Pesquisa” é de 50 a 54 anos, enquanto a dos pesquisadores é de até dez anos menos. Em 2013, a quantidade de mulheres em nível 1 (PQ1), topo do programa, era de 281, enquanto 908 eram homens. O levantamento mostra também as áreas em que as diferenças são mais significativas. São elas as Ciências Exatas (com exceção da Química), as Engenharias e o setor de Computação e Tecnologia.

A canadense Sophia Huyer, diretora da Gender is Science, Innovation, Technology and Engineering (iniciativa global envolvendo pessoas de diferentes setores para promover o papel das mulheres na ciência, inovação, tecnologia e engenharia), observou que o Brasil — apesar de todos os problemas de desigualdade internos — encontra-se em terceiro lugar quanto à participação das mulheres na ciência e tecnologia, atrás dos Estados Unidos e da União Europeia. Ainda assim, Huyer demonstrou que em áreas como Engenharia, Física e Ciência da Computação, elas representam



menos de 30% dos pesquisadores, na maioria dos países. Mesmo nos lugares onde o número de mulheres que estudam ciência e tecnologia tem aumentado, isso não se traduziu em equilíbrio de gênero no mercado de trabalho desses setores.

A professora Eliane Volchan demonstrou a consequência desses dados sob o ponto de vista das percepções implícitas, segundo a neurociência. Para isso, utilizou os resultados de testes de Implicit Association Test (IAT), que trabalha o subconsciente através de respostas imediatas e associativas. Desse modo, descobriu que 70% das pessoas associam ciência à figura masculina. Em um dos testes, era pedido para que fosse julgado um currículo com um nome feminino com base em quatro vetores, competência, possibilidade de contratação, indicação para um cargo de supervisão e salário. O mesmo currículo foi apresentado com um nome masculino e todos os vetores melhoraram, o vetor salarial chegou a ter 4 pontos acima do currículo feminino.

Com o objetivo de reverter esse quadro, o projeto Mulher e Ciência, do CNPq, criou três frentes de atuação. São elas: editais de apoio a pesquisas sobre gênero, o prêmio “Construindo Igualdade de Gênero” e encontros nacionais de núcleos e grupos de pesquisa sobre o tema.

Em 2013, a distribuição das bolsas do CNPq alcançou a **paridade** entre homens e mulheres.

Porém, na mais valorizada “Produtividade em Pesquisa (PQ)”, a **participação** feminina é de apenas **36%**.

Em 2013, a quantidade de mulheres em nível 1 (PQ1), topo do programa, era de 281, enquanto 908 eram homens.

Elas acumulam mais bolsas na iniciação científica, com **59%** do total.

Desigualdade reproduz-se também no IBCCF

Dentro do Instituto de Biofísica, os dados não são diferentes. A monografia da estudante Gabriela Lúcio, orientada pela professora Daniele Botano, demonstrou que há 52 docentes mulheres e 44 homens na faculdade. Ainda assim, dos 53 cargos de chefia, 31 são masculinos. E somente 64 anos após a criação do IBCCF, foi eleita uma diretora.

Pesquisas acabam reforçando estereótipos

Eliane Volchan também questionou os resultados das pesquisas biológicas sobre gênero. Segundo ela, a conclusão dos testes é sempre uma interpretação sociocultural dos cientistas. Como exemplo, citou um documentário científico que tinha por objetivo identificar características biológicas ligadas a gênero. Para isso, bebês com seis meses de idade de ambos os sexos eram colocados em frente a uma tela. Quando puxavam uma corda próxima, as imagens mudavam. Em determinado momento, a ligação entre a corda e a tela era cortada.

O teste demonstrou que os meninos continuavam a movimentar a corda, repetidas vezes, mesmo depois da interrupção. Enquanto as meninas, após perceberem o mecanismo quebrado, começavam a chorar. Volchan, como neurocientista, apreendeu que o teste demonstrava a rapidez das meninas para compreender que a ligação havia sido quebrada; e por isso choravam para reclamar. Para a surpresa da cientista, o resultado do documentário dizia que os meninos tinham mais tendência biológica à persistência, enquanto as meninas eram mais “propensas à sensibilidade”.

Documentário conta história recente da economia brasileira

Filme apresenta pontos de vista sobre a política econômica, desde 1930

Lançamento ocorreu na Casa da Ciência, dia 16

Samantha Su

Estagiária e Redação

“A gente fala muito do passado, mas acho importante filmar essas pessoas do presente”, foi assim que o diretor José Mariani justificou a importância de seu novo filme (*Um Sonho Intenso*), que conta a história da economia brasileira desde 1930 até o primeiro governo Lula. O lançamento ocorreu dia 12, na Casa da Ciência da UFRJ, como iniciativa da Universidade da Cidadania, ligada ao Fórum de Ciência e Cultura.

Para a realização do documentário, Mariani gravou depoimentos com nomes do quilate de Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, Ricardo Bielschowsky, Lena Lavinas, Celso Amorim, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo e José Murilo de Carvalho.

“O ponto de partida foi fazer uma história comentada. Isso deu ao filme certa liberdade de



Carlos Lessa: “Fora da Nação, não há solução”

colher opiniões relativamente divergentes, mas dentro do campo da esquerda. Acho que a coisa essencial do documentário é a liberdade e a autonomia ao personagem”, afirmou Mariani, em debate que se seguiu à exibição.

As quase duas horas de filme são recheadas por um passeio com imagens de arquivo que mostra a história brasileira.

Curiosidade: o título, pedaço de um verso retirado do hino nacional, serve para analisar a caminhada para o desenvolvimento do país.

Além do diretor, os economistas Carlos Lessa, Lena Lavinas e Ricardo Bielschowsky participaram da atividade na Casa da Ciência. Durante o debate, a plateia sugeriu uma continuidade da

película. Do ponto de vista de Lena Lavinas, a sequência poderia ter como foco a extensão da desigualdade: “A gente começou com Celso Furtado e acho que vamos voltar a ele para entender uma das frases ditas no filme, que é ‘a interpretação da reprodução do subdesenvolvimento’. Por que a gente não consegue sair dele?”, questionou.

Respeito à soberania nacional

Carlos Lessa lembrou, ainda, a construção da identidade nacional como forma de pensar um caminho autônomo e original: “As gerações políticas brasileira são comidas por essa pergunta — O que é o Brasil? Temos de entender que as respostas satisfatórias ainda não são insuficientes”.

Ele também lamentou a falta de debate entre os presidentes sobre a questão: “Fora da Nação, não há salvação. A realidade é centro e periferia, temos de superar esse discurso da globalização. Você tem que ser Nação para poder proteger seu povo. Acho inquietante o debate presidencial não dar importância à soberania nacional”.

Divulgada Resolução da Carreira Docente

Foi finalmente divulgada a resolução nº 08/2014. O texto, que estabelece normas e critérios para o desenvolvimento na Carreira de Magistério Federal dentro da UFRJ, foi votado, dia 11, pelo Conselho Universitário. A integral da resolução pode ser encontrada em: <http://migre.me/LL23j> (na página da Adufrj-SSind).

A partir de sua publicação (no último dia 18), as Congregações de Unidade (ou instâncias equivalentes) e os Conselhos de Coordenação de Centro (ou “colegiados equivalentes”, expressão incluída para contemplar situações como a do Museu Nacional ou do *campus* de Macaé) terão 60 dias para regulamentar a resolução.

E de responsabilidade das Unidades propor pontos que serão atribuídos aos cinco grupos de atividades docentes sob avaliação. A Unidade precisará levar em conta as características de atuação e vocação e refletir, tanto quanto possível, o perfil desejado de atuação do professor, estabelecendo perfis distintos para contemplar as diferentes classes da carreira. Mas, atenção, os pontos deverão obedecer às faixas determinadas na resolução do Consuni. Por exemplo: 40 a 60 pontos no grupo de Ensino.

Caberá aos Conselhos de Centro, com manifestação prévia das Unidades, entre outras tarefas: criar regras de defesa de tese acadêmica para o processo de acesso à Classe E, com denominação de Professor Titular, e homologar a distribuição de pontos de avaliação feita pelas Unidades.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Chapa 4 assume CA de Educação Física

Cerimônia de posse aconteceu dia 16 de setembro

Na tarde do dia 16 de setembro a Chapa 4 — “Quem vem com tudo não cansa” tomou posse no Centro Acadêmico de Educação Física e Desportos (CAEFD). A Chapa 4 venceu a disputa sobre a Chapa 3 — “Aliança Renovar” por 316 votos a 213. Uma diferença de pouco mais de cem votos. As eleições ocorreram nos dias 9 e 10 de setembro. A cerimônia foi oficializada pela Comissão Eleitoral. Além da direção do CAEFD, a chapa

vencedora indicará representantes para os órgãos colegiados da Unidade.

Rian Rodrigues, um dos componentes da Chapa 4, afirmou que o resultado da eleição demonstra o acerto de sua chapa na busca da “mobilização e do diálogo” e que este “é o caminho mais acertado, que traz vitórias e respostas” às necessidades dos estudantes.

Professor da EEFD, Paulo Roberto Monteiro Peres desejou sucesso à chapa reeleita. Ele afirmou ser necessária, e cada vez mais forte, a luta dos estudantes em defesa de uma universidade melhor e com um ensino de boa qualidade.



Chapa “Quem vem com tudo não cansa” indicará representantes para órgãos colegiados da Unidade

ELEIÇÕES

Três candidatos apresentam suas ideias

No início de setembro, o **Jornal da Adufrj** entrou em contato com as assessorias de todos os candidatos a presidente para perguntar sobre quatro temas importantes (Plano Nacional de Educação; Previdência; Ebserh e autonomia universitária) para a vida dos professores federais.

A todos os presidenciáveis ficou esclarecido que o material poderia ser editado/reduzido aos trechos mais importantes, por motivo de espaço, no semanário da Adufrj-SSind.

Apenas Mauro Iasi (PCB), Luciana Genro (Psol) e Zé Maria (PSTU) enviaram suas respostas. A assessoria de imprensa da presidenta Dilma Rousseff observou que a candidata, dentro da previsão da coordenação de campanha até 5 de outubro (data de votação em primeiro turno), "infelizmente", não poderia contemplar o **Jornal da Adufrj**: "Pedimos que considerem a situação de presidenta, que acumula a função com a posição de candidata, não estando tão disponível quanto os outros candidatos para conceder todas as entrevistas".

Nesta edição, apresentamos as ideias de Mauro Iasi, Luciana Genro e Zé Maria sobre o PNE e Funpresp. Na internet, estão disponíveis as respostas a estes temas, na íntegra. No próximo jornal, as respostas sobre a PEC 555 (fim da taxa previdenciária dos aposentados), Ebserh e autonomia universitária.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1 – Como o seu governo irá agir diante do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no Congresso no início de junho?

Mauro Iasi: Consideramos o Plano aprovado no Congresso Nacional insuficiente para atender as reais necessidades da população em relação à educação pública no país. Apesar de ter havido a participação de diversas entidades, sindicatos, movimentos sociais e profissionais da educação nas conferências para debater o Plano Nacional de Educação, o resultado final acabou privilegiando os interesses do capital, ao se permitir o uso de recursos públicos para empresas que lucram com a educação no país, assim como as terceirizações no setor. O PCB é radicalmente contrário ao processo de privatização da educação e defende o uso de verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas, a valorização dos profissionais, com melhoria substancial dos salários (partindo do salário mínimo do DIEEE-SE), planos de cargos e salários, fim das contratações temporárias e das terceirizações. Com a aplicação imediata de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública, poderemos conquistar rapidamente a universalização plena do acesso à educação básica e a erradicação total do analfabetismo no país. No ensino superior público, o PCB participa ativamente da luta por uma Universidade Popular, para garantir a expansão da universidade pública, gratuita e de qualidade visando à universalidade do acesso, como uma instituição de não-mercado. (...)

Zé Maria: O Plano Nacional de Educação recém-aprovado deve ser combatido. Ele aprofunda a mercantilização da educação que vem ocorrendo, aumenta a precarização dos trabalhadores em educação, faz uma expansão sem adequadas condições que preservem a qualidade do ensino público, desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Portanto, é uma legislação que atende aos interesses do capital privado na educação garantindo o repasse de verbas públicas para o empresariado privado e busca desobrigar o Estado do financiamento da Educação Pública.

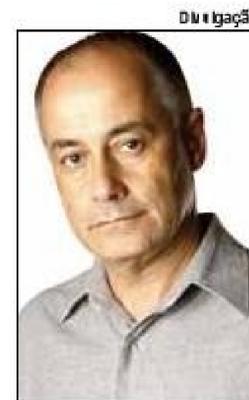
Defendemos que é necessário



Mauro Iasi



Luciana Genro



José Maria

elaborar um outro Plano Nacional de Educação que tenha como referência o programa votado no Encontro Nacional de Educação (ENE) realizado no Rio de Janeiro, que se posicionou contra a mercantilização da educação e em defesa do financiamento pelo Estado dos 10% do PIB já, exclusivamente para a educação pública. É preciso garantir boas condições de trabalho e salários, terminando com a precarização dessas condições que os setores financeiros querem impor à educação, assim como é preciso implantar planos de carreira, pondo fim à política de avaliação meritocrática e produtivista do ensino e do trabalho docente. É necessário respeitar plenamente a autonomia universitária e impedir a lógica de submeter a educação a parâmetros autoritários, que impõem o individualismo e a competição. Há que se garantir condições democráticas de acesso e permanência em todos os níveis do ensino. (...)

Luciana Genro: O texto aprovado (...) contém vários elementos da política de repasse de atribuições do Estado para a iniciativa privada e não deixa claro qual será o ritmo da expansão do setor público na próxima década.

Trabalharei para que o setor público se fortaleça, expandindo a presença federal no ensino superior e ensino profissionalizante. E chamarei governadores e prefeitos para estabelecer um regime de colaboração que permita implementar o custo aluno qualidade (conforme estratégias previstas na Meta 20) e elevação do salário docente, conforme Meta 17.

Enviarei ao Congresso Nacional proposta de retirada da Lei nº 13.005/2014 de todos os elementos privatizantes, especialmente o texto que permite contabilizar nos 10% do PIB os recursos destinados à iniciativa privada.

PREVIDÊNCIA

2 – O governo aprovou, para todos os servidores federais, a criação de um fundo de previdência complementar (Funpresp-EXE) para valores recebidos acima do teto de Regime Geral. Qual será a postura do seu governo diante do Funpresp-EXE?

Mauro Iasi: O PCB entende que se trata de iniciativa para aprofundar o processo de privatização da Previdência, ao qual fazemos radical oposição. Defendemos a Previdência Social 100% pública e gratuita. Na condição de professor da UFRJ e atuante nas lutas da categoria, já tendo exercido o cargo de presidente da Adufrj na gestão 2011-2013, participo ativamente, junto com toda a militância do PCB e da Unidade Classista, das lutas capitaneadas pelas entidades nacionais de servidores públicos federais, entre as quais o Andes-SN, contra as políticas de privatização do setor e os ataques aos direitos históricos dos trabalhadores perpetrados pelos governos de FHC, Lula e Dilma (...) Esta verdadeira contrarreforma conservadora encaixa-se na lógica da financeirização capitalista e precariza ainda mais as condições de remuneração e vida dos trabalhadores do serviço público brasileiro. O governo do Poder Popular encaminhará ao Congresso novo projeto de lei para reverter esta situação e contará com a intensa mobilização dos trabalhadores para garantir a Previdência Social universal, com o fim do fator previdenciário, recuperação das perdas salariais e aumento real dos proventos e pensões, restabelecendo-se o princípio amplo da seguridade social.

Zé Maria: A criação do fundo complementar de previdência privada no serviço público foi consequência da reforma da previdência aprovada no primeiro ano do governo Lula, em 2003. Como a reforma acabou com o direito à aposentadoria integral do servi-

dor público, o governo, já com Dilma na presidência, e obedecendo a orientações do mercado financeiro, instituiu o Funpresp.

Essa medida nada mais é do que a privatização da previdência do funcionalismo, transferindo milhões de recursos dos servidores e do Estado para bancos e instituições financeiras que vão gerir o fundo de acordo com as regras do mercado. Isso significa que apenas os bancos vão ganhar, uma vez que o servidor não tem qualquer garantia de que o fundo no qual aplicou seu dinheiro, teve a rentabilidade necessária para pagar sua aposentadoria complementar.

O PSTU entende que a previdência é uma dos tripés da Seguridade Social, junto com a Saúde e a Assistência Social, e, portanto, dever do Estado, sem objetivo do lucro. Nosso compromisso é com a valorização do serviço público e a garantia de melhores condições de salário, aposentadoria e democracia no ambiente de trabalho para os servidores. Neste sentido, queremos lutar junto com todo o funcionalismo público para anular a reforma da previdência e imediatamente suspender a implementação do Funpresp.

Luciana Genro: A Reforma da Previdência foi uma das maiores fraudes vivenciadas em nosso país. Após os elementos revelados no processo do mensalão, defendo a anulação da Reforma.

Nosso governo promoverá uma revisão dos estragos que foram feitos contra a aposentadoria dos servidores públicos, começando com a extinção do fator previdenciário e rediscussão de toda a legislação correlata, inclusive revendo o teto rebaixado estabelecido.

Nosso governo não estimulará que servidor tenha que complementar sua aposentadoria para manter seus salários integrais após décadas de contribuição previdenciária.

AMÉRICA LATINA

Fotos: Divulgação/Arquivo Jélio

Retrato da Educação autônoma

Pesquisador da UFMG discute auto-organização no ensino a partir de experiências do MST e do EZLN



Atividade, dia 16, foi organizada pelo ColeMarx

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Quando o pesquisador Antonio Julio, da Universidade Federal de Minas Gerais, deu início à investigação sobre movimentos latino-americanos com projetos de escolas próprias não teve dúvida: o foco deveria estar nas experiências do brasileiro Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do mexicano Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

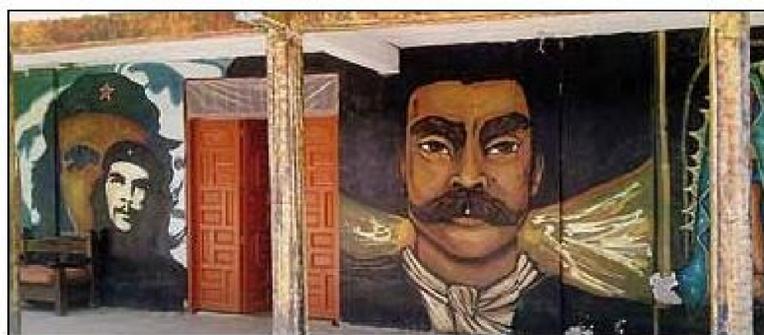
“Foram movimentos que, em plena crise da esquerda, na década de 1990, mesmo com governos conservadores como (Carlos) Salinas (presidente de 1988 a 1994), no México, e FHC (Fernando Henrique Cardoso, governou de 1995 a 2002), no Brasil, conseguiram trazer à tona o debate sobre a Reforma Agrária e fazer um enfrentamento ao neoliberalismo que crescia no mundo desde os anos de 1970”, justificou. As declarações do pesquisador foram dadas em palestra promovida pelo Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx), na Faculdade de Educação da UFRJ, no último dia 16.

Mas, para além do tema agrário, a questão da escola fazia parte da disputa de hegemonia, explicou o pesquisador. No México, a iniciativa ganhou contornos mais radicais. “A diferença essencial entre os dois movimentos foi a manutenção de um exército armado pelo EZLN”, sublinhou. No país, a guerrilha encontrou um campesinato indígena empobrecido que abraçou a causa pelas plantações comuns como forma de escapar da superexploração dos velhos latifúndios e do novo agronegócio.

Em 1994, por ocasião da assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio



Painéis e murais característicos da arte revolucionária mexicana ilustram prédios públicos



Escolas e tendas de produção agrícola e artesanal coletivas

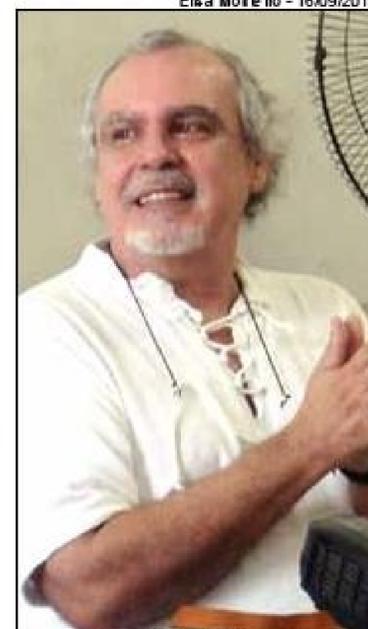
cio (Nafta, da sigla em inglês), entre EUA, Canadá e México, iniciou-se o Levante Zapatista: o EZLN declarou guerra ao governo e mobilizou milhares de pessoas contra postos militares federais. O conflito histórico deixou um traumático saldo de mortos e feridos. Mas resultou em um acordo, mediado pela

Igreja Católica, para criação dos chamados “caracoís”, territórios autônomos onde a educação, como os demais serviços, tornou-se auto-organizada. “Toda esquerda, independentemente de críticas, apoiava Chiapas (estado ao sul do México, uma das principais zonas de operação do movimento za-

patista)”, observou Antonio.

O movimento mexicano repudiou desde o início a institucionalidade, recusando financiamento do Estado e suas políticas de bolsas. O que provoca consequências: “Enfrentam um problema sério de pobreza. Professores recebem comida no lugar de salários”. O preço da “radicalidade”, na visão do pesquisador, foi o “isolamento”. “Eles tiveram que administrar o que haviam conquistado dentro de uma sociedade que seguia sendo capitalista”, analisou. Antonio conta que, “para alguns, a importância do movimento está em servir como exemplo frente ao modelo de vida propagado pelos EUA”. “Mas ninguém vive de política”, completou, em seguida.

Com currículos considerados “conservadores”, mesmo por professores que afirmam apoiar Chiapas, as escolas fundamentais são, na prática, as únicas autogovernadas. A inovação concreta está na democracia interna com eleições diretas, inclusive dos professores, em assembleias gerais. As escolas secundárias, localizadas em áreas próximas aos caracoís, sofrem influência, mas não estão sob controle do movimento. As universidades autônomas são governamentais.



Antonio Julio (UFMG)

MST pega via governamental

No caso brasileiro, Antonio observa que depois de intensa mobilização de marchas e ocupações de terra nos anos de 1990, o caminho tomado pelo MST seguiu os trilhos da institucionalização: “A partir dos anos 2000, o movimento busca, por meio do governo Lula cada vez mais apoio do poder público e de políticas públicas”. Depois de “um período heroico”, completa, “o movimento torna-se algo que simplesmente não incomoda mais ao sistema”. Em sua visão, a agroecologia não conseguiu se firmar como modelo produtivo alternativo, restringindo as possibilidades do movimento à realização de pequenos projetos. Em relação às instituições de ensino superior pública, Antônio aponta para interseções ainda pontuais: “Em muitas universidades, verificamos a parceria com o movimento”.

Para o professor, a melhor possibilidade para superar o impasse do MST em relação à falta de autonomia é a interação com outros movimentos sociais: “A alternativa seria reconstruir uma proposta política mais ampla onde a luta do MST caiba”, concluiu.